

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8

Estudo Técnico Preliminar 118/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 057.00078300/2026-78

2. Introdução

2.1. Do Objeto e Amparo Normativo Institucional: O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) destina-se a planejar e fundamentar a contratação pública para aquisição de peças e acessórios automotivos de reposição, visando suprir as demandas logísticas de manutenção preventiva e corretiva da subfrota de viaturas de 2 (duas) e 4 (quatro) rodas pertencentes ao Comando de Policiamento Área Metropolitana - 8 (CPA/M-8). A instrução deste procedimento fundamenta-se nas diretrizes da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos) e, no âmbito institucional, cumpre rigorosamente o disposto no **artigo 48 das Instruções para Administração Logística e Patrimonial da Polícia Militar (I-23-PM)**, que autoriza o dimensionamento do estoque de suprimentos para o período de até 1 (um) ano de consumo.

2.2. Da Justificativa Operacional e Limitação do Cenário Atual: Atualmente, este Comando dispõe de uma Ata de Registro de Preços (ARP) vigente para serviços de manutenção mecânica terceirizada. Contudo, tal instrumento tem se mostrado quantitativamente insuficiente para absorver a alta demanda de desgaste severo decorrente do policiamento ostensivo e preventivo diário da frota. Subsiste, portanto, a necessidade imperiosa de reforçar a capacidade instalada da própria oficina interna do CPA/M-8 e Unidades Subordinadas, otimizando a força de trabalho técnico-militar existente para reduzir o tempo de inatividade das viaturas operacionais.

2.3. Da Justificativa Econômica e Resguardo do Erário (Tabela Cilia x Mercado Direto): Sob o aspecto da vantajosidade econômica, constatou-se em análises prévias que os insumos aplicados por meio da referida ARP terceirizada utilizam como parâmetro de precificação a Tabela Cilia. Esse modelo, embora atenda a sinistros pontuais, impõe à Administração custos por peça consideravelmente superiores aos valores praticados no mercado aberto de distribuição de autopeças.

2.4. Do Alinhamento Técnico e Padrão de Qualidade (ABNT NBR 15296/2005): Diante desse cenário, a compra direta planejada neste certame objetiva a aquisição exclusiva de peças **ORIGINAIS**, em estrita conformidade com as definições técnicas da **Norma ABNT NBR 15296/2005**. Com isso, a Administração Pública alcançará dupla eficiência: obterá componentes com padrão de qualidade homologado de fábrica para assegurar a estabilidade e a segurança veicular dos Policiais Militares e, simultaneamente, gerará uma economia expressiva de recursos financeiros se comparada aos custos da tabela de orçamentação terceirizada.

3. Descrição da necessidade

3.1. Natureza do Problema e Relevância da Manutenção Preventiva: A presente contratação nasce da necessidade contínua e obrigatória de realizar manutenções periódicas (preventivas e corretivas) na frota automotiva deste Comando. A manutenção preventiva constitui a viga mestra da doutrina de logística veicular da Corporação. A ausência de um fluxo regular de fornecimento de peças automotivas e acessórios ou demora nas manutenções realizadas através de ata de Registro de Preços de manutenção veicular terceirizada, resulta no desgaste precoce dos ativos, no aumento de custos com reparos complexos de urgência e, criticamente, na inatividade forçada de vetores de patrulhamento.

3.2. Interesse Público e Continuidade Operacional (Pronto Emprego): O interesse público a ser satisfeito reside na garantia do pronto emprego e da capacidade de resposta operacional das Unidades subordinadas a este Comando. A disponibilidade imediata de componentes de reposição é indispensável para que as viaturas permaneçam em perfeitas condições de trefegabilidade, segurança e eficiência. Desse modo, mitiga-se o risco de descontinuidade no policiamento ostensivo e preventivo, assegurando o atendimento célere das ocorrências e a preservação da ordem pública.

3.3. Dimensão da Demanda e Abrangência da Solução: A motivação do certame fundamenta-se no atendimento integral e descentralizado das demandas logísticas de todas as Unidades Operacionais vinculadas ao CPA/M-8. A contratação dimensiona uma

solução compatível para o suporte técnico de uma frota ativa e de uso severo composta por **575 (quinhentas e setenta e cinco) viaturas** (entre automóveis e motocicletas), justificando o planejamento preditivo e unificado do objeto para fazer frente ao consumo rotineiro da seção de Motomec.

3.4. Atualmente, este CPA/M-8 é participante de Ata de Registro de Preços (ARP) voltada à prestação de serviços de manutenção terceirizada. Contudo, tal ferramenta contratual tem se mostrado insuficiente para o pleno atendimento da demanda operacional, visto que o trâmite logístico e administrativo para o envio, orçamento, aprovação e execução dos reparos por meio da empresa terceirizada demanda um lapso temporal significativo.

3.5. Diante disso, a aquisição direta de peças sobressalentes justifica-se pela necessidade de viabilizar intervenções mecânicas de baixa complexidade (reparos simples), a serem executadas diretamente pelo corpo técnico de mecânicos da própria Organização Policial Militar (OPM).

3.6. Esta estratégia mitiga o período de indisponibilidade da frota, garantindo o retorno célere das viaturas ao patrulhamento preventivo e ostensivo. O desabastecimento de peças para pronta aplicação pela OPM resultaria no prolongamento do tempo de baixa dos veículos oficiais, gerando prejuízo direto à eficiência e à continuidade das ações de segurança pública na região de responsabilidade do CPA/M-8.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Motomecanização	Fábio Camargo Cândido

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. Diretrizes Legais e Modalidade de Licitação

O procedimento para a contratação será realizado mediante a modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, adotando-se o critério de julgamento por **menor preço**, em estrita observância ao art. 6º, inciso XLI, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, visto que as peças automotivas configuram bens comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado.

5.2. Tratamento Diferenciado para ME/EPP

Com o fito de cumprir as diretrizes de fomento econômico e ampla concorrência, o certame observará as prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006, aplicando-se a cota exclusiva ou reservada para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), desde que preenchidos os requisitos de viabilidade e competitividade no mercado regional, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133 /2021.

5.3. Requisitos de Qualidade, Padronização e Certificação

Para salvaguardar a segurança dos operadores e a integridade da subfrota do CPA/M-8, os materiais a serem fornecidos deverão cumprir os seguintes requisitos de qualidade (art. 41 e art. 43 da Lei nº 14.133/2021):

- **Procedência e Originalidade:** As peças deverão ser novas, de primeiro uso, genuínas ou originais de fábrica (ou de qualidade equivalente certificada), garantindo a perfeita compatibilidade com os manuais técnicos dos fabricantes das viaturas de 2 e 4 rodas.
- **Certificação Técnica:** Os componentes automotivos cuja regulamentação exija deverão, obrigatoriamente, apresentar a certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), com os respectivos prazos de validade e especificações visíveis em seus rótulos/embalagens no ato do recebimento.
- **Acondicionamento:** Os insumos deverão ser entregues em suas embalagens originais, adequadamente acondicionados de forma a garantir a proteção contra impactos, umidade e contaminação durante o transporte.

5.4. Logística de Entrega e Mitigação de Prazos Operacionais

Como a contratação visa suprir intervenções mecânicas imediatas de baixa complexidade (em complemento à ARP de manutenção terceirizada vigente, cujo trâmite administrativo Alongado prejudica a prontidão do policiamento), os requisitos de entrega ficam assim consolidados:

- **Prazo de Atendimento:** O fornecimento será iniciado mediante o envio da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento pela Seção de UGE do CPA/M-8 via correio eletrônico institucional (cpam8subfrota@policiamilitar.sp.gov.br) ou outro meio oficial de comunicação. A Contratada terá o prazo regulamentar máximo de **30 (trinta) dias corridos** para a efetiva entrega, contados do recebimento da ordem, podendo o Termo de Referência estipular prazos menores para itens de alta rotação operacional.

- **Local e Horário de Entrega:** As entregas deverão ser efetuadas na sede do CPA/M-8 (Setor de Subfrota), situado na Av. Cruzeiro do Sul, nº 460 – Jd. Rochdale, Osasco/SP, CEP 06226-002, de segunda a sexta-feira, nos períodos das **08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00**, excetuando-se feriados.

5.5. Requisitos de Garantia e Reposição (Logística Reversa e Vícios)

Em conformidade com o princípio da eficiência (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e para evitar a ociosidade das viaturas por inconformidade de peças:

- Constatados defeitos, avarias, divergências técnicas ou quaisquer irregularidades no ato do recebimento provisório ou definitivo, a Contratada restará obrigada a efetuar a substituição integral do lote rejeitado no prazo máximo de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas a partir da notificação oficial emitida pela Administração, sem que isto gere qualquer ônus financeiro adicional à Unidade Gestora Executora.

6. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

6.1. Requisitos Técnicos e de Compatibilidade Operacional

- **6.1.1. Genuinidade e Originalidade:** As peças e acessórios automotivos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, originais ou genuínos, conforme Norma ABNT NBR 15296/2005, ou de marcas homologadas pelas montadoras, garantindo total compatibilidade técnica, desempenho analógico ao original e a preservação da garantia dos veículos da subfrota do CPA/M-8.
- **6.1.2. Padrões de Certificação Veicular:** Os componentes que possuírem regulamentação técnica compulsória deverão ostentar obrigatoriamente o selo de identificação da conformidade do **Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro)**, atestando os padrões mínimos de segurança veicular e durabilidade.
- **6.1.3. Prazo de Garantia Contratual:** Os bens deverão contar com garantia mínima contra defeitos de fabricação, conforme estipulado no Termo de Referência.

6.2. Requisitos e Práticas de Sustentabilidade Ambiental

- **6.2.1. Composição dos Bens:** Os bens fornecidos deverão ser constituídos, prioritariamente e sempre que a engenharia do componente permitir, por materiais recicláveis, atóxicos ou de menor impacto ambiental, em conformidade com as normas técnicas da ABNT aplicáveis ao setor automotivo.
- **6.2.2. Restrição de Substâncias Perigosas:** Em consonância com as melhores práticas internacionais de mitigação de danos à saúde e ao meio ambiente, os componentes eletrônicos, elétricos e mecânicos não deverão conter substâncias perigosas em concentrações acima das recomendadas pela **Diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances)**, tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs) e éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- **6.2.3. Acondicionamento e Mitigação de Resíduos:** Os bens deverão ser acondicionados em embalagens adequadas, que garantam a proteção integral contra impactos e umidade durante o transporte e armazenamento, utilizando preferencialmente embalagens de matriz reciclável ou reutilizável, minimizando a geração de resíduos sólidos no almoxarifado da OPM.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Prospecção e Análise de Contratações Similares

Em estrita observância ao art. 18, § 1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021, foi realizado o levantamento de mercado por meio de consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e a sistemas de compras governamentais, analisando-se contratações similares promovidas por outros órgãos da Segurança Pública. Constatou-se a existência de ampla e consolidada competitividade no mercado varejista e atacadista de autopeças para veículos de 2 (duas) e 4 (quatro) rodas, assegurando que o Pregão Eletrônico por menor preço é o método mais eficiente e econômico para a obtenção dos insumos.

7.2. Análise Comparativa de Alternativas Tecnológicas e Metodológicas

Diante da necessidade de manter a máxima disponibilidade da frota operacional do CPA/M-8 para o patrulhamento ostensivo e preventivo, foram mapeadas e sopesadas duas principais alternativas metodológicas de mercado para a manutenção veicular:

- **Alternativa A – Dependência Exclusiva de Serviços Terceirizados (Modelo Atual via ARP):** Consiste em submeter 100% das demandas de manutenção à empresa concessionária da Ata de Registro de Preços de serviços terceirizados vigente. Conquanto seja vantajosa para intervenções de alta complexidade (motores, transmissões e sistemas eletrônicos), essa metodologia mostrou-se ineficiente para reparos simples. O trâmite logístico e administrativo de envio do veículo, confecção de orçamento, aprovação da despesa e execução do serviço gera um lapso temporal significativo (tempo de baixa prolongado), resultando em ociosidade crítica de viaturas e prejuízo direto ao policiamento das ruas.

- **Alternativa B – Modelo Híbrido com Fornecimento Direto de Peças para Aplicação Interna (Solução Adotada):** Consiste em adquirir diretamente as peças de reposição e acessórios comuns de mercado por meio deste certame, permitindo que as intervenções mecânicas de baixa complexidade (substituição de lâmpadas, pastilhas de freio, filtros, correias e pequenas correções) sejam executadas de forma imediata pelo corpo técnico de mecânicos da própria Organização Policial Militar (OPM).

7.3. Justificativa da Escolha da Solução

A análise comparativa de mercado demonstra que a **Alternativa B (Modelo Híbrido)** representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, fundamentada nos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). A aquisição direta de autopeças elimina o custo da margem de lucro que a empresa terceirizada cobraria sobre os materiais (gerando economia ao erário) e, fundamentalmente, reduz o tempo de indisponibilidade das viaturas a zero no caso de falhas simples, garantindo a pronta resposta operacional exigida pela sociedade na área do CPA/M-8.

8. Descrição da solução como um todo

8.1. Escopo Integrado da Solução: A solução integral e tecnicamente adequada para atender às necessidades logísticas da subfrota do CPA/M-8 consiste no fornecimento de peças e acessórios automotivos novos, **ORIGINAIS** (em estrita observância à **Norma ABNT NBR 15296/2005**), para viaturas de 2 (duas) e 4 (quatro) rodas, conjuntamente com a utilização da ata de Registro de Preços de Manutenção Automotiva terceirizada. A modelagem da solução é baseada em um ciclo autossustentável e descentralizado que integra a aquisição direta de insumos com a mão de obra especializada da própria oficina interna do CPA/M-8 e Unidades subordinadas, otimizando a força de trabalho técnico-militar existente.

8.2. Complementaridade e Mitigação de Custos do Cenário Vigente: A presente solução foi projetada de forma estratégica para mitigar as falhas e os custos elevados do modelo atual. O CPA/M-8 é participante de Ata de Registro de Preços (ARP) para manutenção veicular terceirizada. Contudo, essa ferramenta mostrou-se quantitativamente insuficiente para a alta demanda da frota. Ademais, sob o aspecto econômico, as peças aplicadas por meio da referida ARP terceirizada são precificadas com base na Tabela Cilia, resultando em valores consideravelmente superiores aos praticados no mercado aberto. A solução ora proposta resolve este gargalo, gerando expressiva economicidade ao erário ao permitir a compra direta de peças originais de fábrica sem as margens de agenciamento de oficinas terceirizadas.

8.3. Mecanismo de Execução e Logística: O fornecimento dos bens será processado sob o regime de execução indireta, mediante **Pregão Eletrônico**, entrega única, na seção de motomecanização do CPA/M-8, conforme estabelecido no Termo de Referência. O fluxo da solução compreenderá:

- **a) Emissão da Nota de Empenho:** Após a homologação/adjudicação do certame, serão emitidas as Notas de Empenho e encaminhada(s) à(s) respectiva(s) vencedoras, por meio de comunicação disponível;
- **b) Entrega Garantida:** Distribuição ágil dos componentes pela(s) contratada(s) nas dependências deste Comando;
- **c) Aplicação da Mão de Obra Interna:** Instalação dos componentes pela equipe de policiais mecânicos qualificados, assegurando o pronto emprego e o retorno célere das viaturas ao patrulhamento ostensivo. Viaturas que não apresentam defeitos complexos, mas sim, serviços de natureza técnica simples, como troca de óleo, pneus, amortecedores, bateria, filtros em geral... etc.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

9.1. Parâmetros Técnicos para o Dimensionamento: A definição dos quantitativos máximos e das especificações dos itens a serem licitados não decorre de mera estimativa abstrata, mas fundamenta-se estritamente em critérios técnicos, estatísticos e preditivos de consumo. A metodologia aplicada para balizar o dimensionamento dos objetos baseou-se na consolidação dos seguintes insumos gerenciais da Subfrota:

- **a) Histórico de Consumo Real:** Análise detalhada dos registros de movimentação de almoxarifado e aplicação de peças automotivas nos exercícios financeiros anteriores;
- **b) Indicadores de Disponibilidade Operacional:** Avaliação dos relatórios gerenciais sobre o tempo de atividade e inatividade da frota, mensurando o impacto logístico da falta de suprimentos;
- **c) Auditoria de Ordens de Serviço (OS):** Mapeamento do fluxo de ordens de serviço emitidas e do histórico de baixas mecânicas registradas pela seção de Motomec.

9.2. Justificativa do Volume Projetado e Uso Severo: O levantamento de dados aponta para a necessidade de manter uma projeção robusta de compras para suprir o fluxo regular de reposição da OPM. Tal volumetria justifica-se pela natureza da atividade-fim deste Comando, visto que a frota automotiva opera em regime de **uso severo e diuturno (24 horas por dia, 7 dias por semana)** nas missões de policiamento ostensivo e preventivo. O desgaste acelerado dos componentes mecânicos, elétricos e de desgaste natural exige um planejamento preditivo de estoque para neutralizar o risco de descontinuidade do serviço público essencial de segurança pública em decorrência de problemas mecânicos de rápida e fácil solução.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	SIAFISICO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	MODELO /ANO
1	Motor de Partida Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin 1.8; Ano 13/21; Codigo Da Montadora, 24587020, Peca Fabricante Genuino;	616843	6518796	UNI	20	894,00	17.880,00	2022
2	Tampa Reservatorio Compensacao de Agua do Radiador; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos S10/trailblazer/traker /cobalt/spin/cruze/onix; Ano(conf. o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 13502353, Peca Fabricante Genuina;	616950	4647599	UNI	30	136,285	4.088,55	2022
3	Vela de Ignicao para Motor Automotivo; Flex; Eletronico; 1 Eletrodo de Cobre; Codigo 93221446,peça Genuina;	617242	5273722	JOGO	20	52,00	1.040,00	2022
4	Conjunto de Cabo de Vela Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 24588545, Peca Fabricante Original;	616956	5381789	JOGO	20	82,00	1.640,00	2022
5	Coxim do Motor Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin 1.8 Lt/cobalt; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Lado Esquerdo do Cambio Manual; Codigo Da Montadora, 95032352, Peca Fabricante Genuina;	616988	6521134	UNI	30	480,00	14.400,00	2022
6	Disco de Freio Dianteira Automotivo; Ventilado / Sistema Abs / Sem Cubo; Gm; Spin 1.8l Mt Ls; 2018/2019; Código Da Montadora 52125657,peça Fabricante Original;	616841	5658225	JOGO	30	336,00	10.080,00	2022
7	Tambor do Freio Traseiro Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/20; Codigo Da Montadora, 52071985, Peca Fabricante Original;	616951	5628725	JOGO	20	690,00	13.800,00	2022
8	Sapata de Freio Com Guarnicao Automotivo; Lado Esquerdo/direito; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin /tracker; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 52130719, Peca Fabricante Genuina;	616855	6385680	JOGO	20	320,00	6.400,00	2022
9	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Spin/cobalt/sonic/onix; Ano 13/15; Codigo Da Montadora 95299172, Peca Fabricante Original;	618617	4679814	UNI	50	55,00	2.750,00	2022
10	Bobina Da Ignicao de Alta Potencia Automotivo; 12 Volts, para Veiculos Da Marca Gm, Modelo Cobalt/spin 1.4/1.8, Ano 17/18; Codigo Da Montadora, 12619161, Peca Fabricante Genuina;	364717	5307740	UNI	30	325,61	9.768,30	2022
11	Embreagem Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Cobalt/montana/spin /novo Vectra/astra 1. 8/2.0/corsa; Ano 02 /17; Codigo Da Montadora Codigo Da Montadora 24580291, Peca Genuina;	616947	4060628	JOGO	30	504,00	15.120,00	2022
12	Cilindro Mestre Da Embreagem Automotivo; para Veiculo Da Marca Gm;	253110	4600479	UNI	30	250,00	7.500,00	2022

	Modelo Spin/onix/cobalt; Ano 13/15; Codigo Da Montadora 24581803, Peca Genuina;							
13	Atuador Da Embreagem C/ Rolamento Automotivo; Gm; Corsa Hatch/sedan; 02 /08; 09126238, Peca Genuina;	616879	3722775	UNI	30	360,00	10.800,00	2022
14	Bomba Da Agua Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 17/18; Codigo Da Montadora, 24584731, Peca Fabricante Genuina;	357524	5337674	UNI	30	101,00	3.030,00	2022
15	Reservatorio de Agua do Radiador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/14; Codigo Da Montadora, 95048411, Peca Fabricante Original;	618587	5475376	UNI	50	105,00	5.250,00	2022
16	Radiador de Agua Automotivo; Com Isolador Superior do Radiador e Com a Valvulade Dreno, para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 17/21; Codigo Da Montadora, 52129296, Peca Fabricante Original;	616994	5885221	UNI	20	945,00	18.900,00	2022
17	Batente do Amortecedor Dianteira Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Cobalt/spin/prisma; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 95028562, Peca Fabricante Genuina;	618615	6506470	UNI	100	140,00	14.000,00	2022
18	Amortecedor Suspensao Dianteira a Oleo Automotivo; Lado Direito, para Veiculos Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/2015; Codigo Da Montadora 52085416, Peca Fabricante Original;	216313	4658892	UNI	30	575,00	17.250,00	2022
19	Amortecedor Suspensao Dianteira a Oleo Automotivo; Lado Esquerdo, para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/15; Codigo Da Montadora 52085417, Peca Fabricante Original;	467677	4658884	UNI	30	575,00	17.250,00	2022
20	Batente do Amortecedor Traseira Automotivo; Com Coifa, para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Spin, Cobalt; Ano (conforme o Codigo Da Montadora); Lado Direito/esquerdo; Codigo Da Montadora, 52036892, Peca Fabricante Genuina;	617799	6317430	JOGO	50	30,29	1.514,50	2022
21	Mangueira de Agua do Aquecedor Automotivo; de Entrada; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Cobalt/spin; Ano 17 /20; Codigo Da Montadora, 94749539, Peca Fabricante Original;	617415	5978742	UNI	50	94,80	4.740,00	2022
22	Tubo de Arrefecimento do Motor Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin 1.8 Lt Flex; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 52056625, Peca Fabricante Original;	628016	5531179	UNI	40	216,00	8.640,00	2022
23	Mangueira Superior do Radiador Automotivo; para Veiculos Gm; Modelo Spin; Ano 17/21; Codigo Da Montadora, 52114729, Peca Fabricante Original;	269537	5688345	UNI	30	107,00	3.210,00	2022
	Mangueira Inferior do Radiador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm;							

24	Modelo Spin; Ano 14/17; Codigo Da Montadora, 94773689, Peca Fabricante Original;	269538	5608171	UNI	30	115,00	3.450,00	2022
25	Correia do Alternador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Spin/onix /prisma(versoes Conforme o Codigo Da Montadora); Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 24590700, Peca Fabricante Original;	617417	6401279	UNI	50	95,00	4.750,00	2022
26	Junta Homocinetica Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/20; Codigo Da Montadora, 52073115, Peca Fabricante Original;	429368	5608236	UNI	30	375,00	11.250,00	2022
27	Coifa Da Homocinetica Externa Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/16; Codigo Da Montadora, 94760589, Peca Fabricante Original;	345258	5608201	UNI	30	85,00	2.550,00	2022
28	Terminal de Direcao Automotivo; Lado Direito; para Veiculos Da Marca Gm; Modelospin; Ano 17/21; Codigo Da Montadora, 52112626, Peca Fabricante Original;	227651	5785464	UNI	20	225,00	4.500,00	2022
29	Terminal de Direcao Automotivo; Lado Esquerdo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 19/20; Codigo Da Montadora, 52112625, Peca Fabricante Original;	227652	5785472	UNI	20	225,00	4.500,00	2022
30	Bucha Da Barra Estabilizadora Suspensao Dianteira; Posicao Direita /esquerda; para Veiculos Da Gm; Modelo Spin; Ano 13/21; Codigo Da Montadora, 94754484, Peca Fabricante Original;	618846	5914418	UNI	50	45,00	2.250,00	2022
31	Coxim do Cambio Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin /cobalt; Ano 12/15; Codigo Da Montadora, 95493722, Peca Fabricante Original;	616987	5398274	UNI	30	215,00	6.450,00	2022
32	Coxim do Motor Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos, Cobalt /onix/spin/prisma, 1.4 e 1.8; Ano 12/17; Posicao Dianteiro; Lado Direito; Codigo Da Montadora 52068329, Peca Genuina;	616986	4833724	UNI	30	320,00	9.600,00	2022
33	Amortecedor Suspensao Dianteira a Oleo Automotivo; para Veiculos Gm; Modelo Trailblazer; Ano(conf. o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 52073781, Peca Fabricante Original;	293389	6185797	UNI	20	792,69	15.853,80	2022
34	Amortecedor Suspensao Traseira a Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 52073753, Peca Fabricante Original;	216314	5611270	UNI	20	619,32	12.386,40	2022
35	Reservatorio de Agua do Radiador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo S10, Trailblazer Diesel 2.8; Ano 14 /20; Codigo Da Montadora, 94725472, Peca Fabricante Original;	617237	5329469	UNI	20	380,00	7.600,00	2022
	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; Lado Direito, para Veiculos Da							

36	Marca Gm; Modelos S10/trailblazer; Ano 12/17; Codigo Da m Ontadora 94717081, Peca Fabricante Original;	617286	4659058	UNI	50	130,00	6.500,00	2022
37	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; Lado Esquerdo, para Veiculos Da Marca Gm; Modelos S10/trailblazer; Ano 12/17; Codigo Da Montadora 94717080, Peca Fabricante Original;	602322	4659066	UNI	50	130,00	6.500,00	2022
38	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; Posicao Traseira, para Veiculos Da Marca Gm; Modleo Trailblazer; Ano 12/17; Codigo Da Montadora, 52019350, Peca Fabricante Original;	617288	6071007	UNI	40	287,00	11.480,00	2022
39	Braco Da Suspensao Dianteira Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Posicao Inferior, Com Pivo, Bucha, Etc.; Lado Direito; Codigo Da Montadora, 52123588, Peca Fabricante Original;	460996	5475643	UNI	30	1.100,00	33.000,00	2022
40	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Inferior; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Lado Esquerdo; Codigo Da Montadora, 52123589, Peca Fabricante Original;	257038	5475660	UNI	30	1.100,00	33.000,00	2022
41	Braco Da Suspensao Dianteira Direito Superior; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/19; Com Pivo, Bucha, Batente, Parafuso, Etc; Codigo Da Montadora, 52123583, Peca Fabricante Original;	335579	5475856	UNI	30	820,10	24.603,00	2022
42	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Superior; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Com Pivo, Bucha, Batente, Etc; Codigo Da Montadora, 52123584, Peca Fabricante;	256984	5476038	UNI	30	750,00	22.500,00	2022
43	Disco de Freio Dianteira Automotivo; Tipo Ventilado; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Trailblazer/s10; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 52108355, Peca Fabricante Genuina;	616839	6377459	JOGO	50	1.110,57	55.528,50	2022
44	Disco de Freio Traseira Automotivo; Ventilado; Gm; Trailblazer; 13/15; 52032731,peca Genuina;	616840	4315081	JOGO	25	1.065,00	26.625,00	2022
45	Lona de Freio Roda Traseira Com Patins Automotivo; Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 52125707, Peca Fabricante Original;	257148	5619009	JOGO	30	598,00	17.940,00	2022
46	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Superior; Ford; Modelo Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Com Pivo; Codigo Da Montadora Jb3z/3085/b - Peça Genuína;	602408	6244726	UNI	20	850,00	17.000,00	2022
47	Braco Da Suspensao Dianteira Direito Superior; Ford; Modelo Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Codigo Da Montadora, Jb3z/3084/b, Peça Genuína;	469065	6244718	UNI	20	850,00	17.000,00	2022
	Braco Da Suspensao Dianteira Direito							

48	Inferior; Ford; Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Com Pivo; Codigo Da Montadora Jb3z/3078/c/ Peça Genuina;	469064	6225802	UNI	20	1.005,00	20.100,00	2022
49	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Inferior; Ford; Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc),versão Xls4stma32; 2022; Com Pivo; Codigo Da Montadora Jb3z/3079/c/,peça Genuína;	469065	6225810	UNI	20	1.005,00	20.100,00	2022
50	Disco de Freio Dianteira Automotivo; Tipo Ventilado; para Veiculos Da Marca Ford; Modelo Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Codigo Da Montadora, Ab31/1125/ac, Peca Fabricante Genuina;	616838	6222803	JOGO	10	790,00	7.900,00	2022
51	Sapata de Freio Com Guarnicao Automotivo; Traseira; Ford; Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Ab3z/2200/b, Peça Genuina;	457406	6222889	JOGO	10	525,00	5.250,00	2022
52	Embreagem Automotivo; Plato e Disco, para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Sandero 1.6 16v; Ano 15/15; Codigo Da Montadora Codigo Da Montadora, 302059954r, Peca Fabricante Original;	616842	5862663	JOGO	10	787,50	7.875,00	2025
53	Vela de Ignicao para Motor Automotivo; Motor Flex, para Modelo Duster; Nucleo de Cobre; 01 Eletrodo; Codigo Da Montadora, 224019874r, Peca Fabricante Original;	465924	5923832	JOGO	25	168,60	4.215,00	2025
54	Amortecedor Da Suspensao Dianteira a Ar Automotivo; para Veiculos Renault; Modelo Duster; Ano 13/14; Codigo Da Montadora, 543020714r, Peca Fabricante Original;	604493	5622042	UNI	20	550,00	11.000,00	2025
55	Correia do Alternador Automotivo; para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Duster, Motor 1.6 16v H4m; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Montadora, 117208023r, Peca Fabricante Original;	604903	6480845	JOGO	20	150,00	3.000,00	2025
56	Batente do Amortecedor Dianteira Automotivo; para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Duster 1.6; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 540505149r, Peca Fabricante Original;	618709	6480861	UNI	20	160,00	3.200,00	2025

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 648.508,05

10.1. O valor estimado para a contratação é R\$ 648.508,05 (seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e oito reais e cinco centavos).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

11.1. Cumprimento do Dever Legal de Exclusividade (Abaixo de R\$ 80.000,00)

- **Argumento:** Como os valores estimados para cada item individualizado não ultrapassam o patamar legal de R\$ 80.000,00, a exclusividade deixa de ser uma mera opção discricionária do gestor e passa a ser um **dever vinculante da Administração**.

- **Impacto:** Atendimento pleno à função regulatória do poder de compra público, estimulando o desenvolvimento econômico local e regional conforme mandamento constitucional.

Perfeita Simetria com o Mercado de Autopeças (Varejo Especializado)

- **Argumento:** O mercado de distribuição de peças para marcas e modelos diversos (frota multimarcas leve e pesada) é massivamente dominado por varejistas locais e regionais enquadrados como ME e EPP.
- **Impacto:** O agrupamento em itens de valor reduzido atrai o comércio varejista de autopeças (autoescolas, distribuidoras de bairro, autopeças de linha específica).
- **Vantagem:** Garante-se ampla disputa e celeridade na entrega logística, visto que essas empresas possuem estoques locais dinâmicos e capilaridade para atender demandas fracionadas da oficina da OPM.

11.3. Mitigação do Risco de Incompatibilidade de Frota Multimarcas

- **Argumento:** Gerenciar uma frota com marcas distintas exige flexibilidade. Uma ME/EPP focada em comércio varejista multimarcas possui maior facilidade para cotar e fornecer itens pulverizados (ex: uma pastilha para GM/Chevrolet, um filtro para Toyota, uma junta para Volkswagen) do que grandes montadoras ou indústrias fechadas.
- **Impacto:** A licitação por item exclusiva para pequenos negócios descentraliza o fornecimento, permitindo que a Administração Pública compre cada componente exatamente de quem tem a melhor cadeia de suprimento para aquela marca específica de veículo.

Fundamentação Legal (Lei nº 14.133/2021 e LC nº 123/2006)

O amparo para este desenho de certame é robusto e combina a Nova Lei de Licitações com o Estatuto da Micro e Pequena Empresa:

- **Artigo 4º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021:** Determina expressamente que aplicam-se às licitações e contratos regidos pela Nova Lei as disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. [1]
- **Artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006:** Estabelece que a Administração Pública **deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente** à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor não exceda a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- **Artigo 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021:** Reforça que a modelagem por item individualizado deve ser preferida justamente para viabilizar e preservar a ampla competitividade das micro e pequenas empresas, evitando barreiras econômicas artificiais.

11.4. Súmula nº 247 do TCU (Aplicação subsidiária): O parcelamento é obrigatório desde que não haja "perda de economia de escala" e que seja demonstrada a "viabilidade técnica e econômica".

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

12.1. Não foram realizadas contratações correlatas e/ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

13.1. A presente contratação encontra-se estritamente alinhada com as metas institucionais e o planejamento estratégico do Comando de Policiamento Área Metropolitana - 8 (CPA/M-8). O objeto está devidamente previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) deste órgão para o presente exercício, atendendo aos ditames do artigo 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, que preconiza a integração das compras públicas ao planejamento institucional.

13.2. O quantitativo e a especificidade das peças automotivas foram dimensionados com base no princípio da razoabilidade, proporcionalidade e estrita necessidade da Administração. A aquisição visa garantir a manutenção preventiva e corretiva da frota ativa de 575 (quinhentas e setenta e cinco) viaturas pertencentes a este Comando.

13.3. Sob a égide do artigo 18, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a contratação demonstra-se indispensável para assegurar a continuidade do serviço público essencial de segurança pública. A disponibilidade de peças de reposição impede a paralisação prolongada das viaturas operacionais, garantindo o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública na região de cobertura do CPA/M-8, maximizando a eficiência administrativa e o bom uso dos recursos públicos.

14. Resultados Pretendidos

14.1. Mitigação do Tempo de Inatividade da Frota (Down-time): Reduzir significativamente o período em que as viaturas de quatro rodas permanecem baixadas para manutenção corretiva e preventiva. Pretende-se eliminar os gargalos logísticos decorrentes da espera por compras pontuais, garantindo que reparos previsíveis e de rotina sejam executados com celeridade imediata mediante a pronta disponibilidade de peças em estoque ou fluxo regular de fornecimento.

14.2. Garantia da Continuidade e Eficácia do Serviço Público: Assegurar a manutenção do pronto emprego e a capacidade operacional plena do policiamento ostensivo preventivo na área do CPA/M-8. O resultado direto será a prevenção da descontinuidade do patrulhamento, mitigando o risco de represamento ou atraso no atendimento de ocorrências geradas pela sociedade, em estrita observância ao princípio constitucional da eficiência (Art. 37, caput, da CF/88).

14.3. Otimização e Ganhos de Gestão da Subfrota: Aperfeiçoar os processos logísticos da Subfrota do Comando, permitindo um planejamento preditivo de manutenções. O fornecimento regular de peças automotivas homologadas visa estender a vida útil dos ativos públicos, reduzir custos de depreciação precoce e conferir maior previsibilidade orçamentária à Administração.

14.4. Incremento da Segurança Pública e Valor Social: Prover maior sensação de segurança e proteção efetiva ao cidadão por meio da maximização de viaturas em circulação nas ruas. O certame busca converter a eficiência contratual em benefício social direto, assegurando que o policiamento permaneça ativo, visível e responsivo aos anseios da comunidade local.

15. Benefícios a serem alcançados com a contratação

15.1. Benefício Operacional e Pronto Emprego: Manutenção da capacidade máxima de articulação e desdobramento das forças policiais na área do CPA/M-8. A garantia de um fluxo constante de peças de reposição assegura que as viaturas operem em perfeitas condições de trafegabilidade e segurança, permitindo o pronto emprego das equipes em missões de policiamento ostensivo e preventivo de forma ininterrupta, combinando com o sistema de Registro de Preços de Manutenção terceirizada.

15.2. Benefício Administrativo e Logístico (Gestão de Subfrota): Modernização e aperfeiçoamento da gestão da Subfrota deste Comando. A contratação proporciona previsibilidade ao setor de manutenção, reduzindo o esforço administrativo com compras fracionadas de urgência e permitindo um controle de estoque mais eficiente, em total harmonia com o princípio da eficiência administrativa previsto no artigo 5º da Lei nº 14.133/2021.

15.3. Benefício Econômico (Economicidade e Ciclo de Vida): Maximização da vida útil das viaturas por meio da regularidade das manutenções preventivas e corretivas, mitigando a depreciação precoce do patrimônio público. A substituição tempestiva de componentes desgastados evita danos secundários de maior custo em motores e transmissões, gerando economia a médio e longo prazo e reduzindo o custo global do ciclo de vida dos ativos da frota.

15.4. Benefício Social e Segurança Pública: Fortalecimento da segurança pública e aumento da percepção de segurança pela população. A presença visível e o patrulhamento dinâmico de viaturas em condições plenas de operação inibem a prática delitiva, melhoram o tempo de resposta aos chamados de emergência e asseguram a prestação de um serviço público de excelência e confiabilidade para a comunidade local.

16. Providências a serem Adotadas

16.1. Alocação e Mobilização da Mão de Obra Qualificada: A seção de Subfrota desta OPM dispõe de equipe técnica própria, composta por Policiais Militares devidamente qualificados e capacitados em mecânica de automóveis e motocicletas. Esta equipe será formalmente escalada para a execução imediata das manutenções preventivas e corretivas à medida que as peças forem fornecidas, otimizando o tempo de resposta e eliminando custos adicionais com mão de obra externa de instalação.

16.2. Indicação de Fiscal e Gestor do Contrato: Em estrita observância ao artigo 117 da Lei nº 14.133/2021, serão designados formalmente, por meio de ato próprio, o Gestor e o Fiscal do contrato (e seus respectivos suplentes). Estes agentes públicos atuarão no acompanhamento da execução, conferência da qualidade das peças automotivas entregues, controle de prazos e conformidade com as especificações do Termo de Referência.

16.3. Adequação do Espaço Físico e Recebimento de Materiais: Organização das dependências da oficina e do almoxarifado da Subfrota para garantir o correto armazenamento, rastreabilidade, segurança e preservação das peças automotivas adquiridas, evitando deteriorações ou desvios.

16.4. Fluxo de Conferência e Recebimento (Atos de Fiscalização): Instituição de rotina técnica para o recebimento provisório e definitivo das peças, onde a equipe de mecânicos da OPM validará a compatibilidade, marcas exigidas, certificações (quando aplicável) e o perfeito estado dos itens entregues antes da emissão do ateste das notas fiscais.

17. Possíveis Impactos Ambientais

17.1. Identificação dos Impactos Ambientais Potenciais

A execução da manutenção mecânica direta e a consequente substituição de autopeças nas viaturas de 2 (duas) e 4 (quatro) rodas da subfrota do CPA/M-8 geram resíduos sólidos e líquidos de natureza perigosa e não perigosa. Dentre os principais impactos ambientais potenciais associados a esta atividade, destacam-se:

- **Geração de Resíduos Classe I (Perigosos):** Acúmulo de óleos lubrificantes usados ou contaminados, fluidos de freio e arrefecimento, baterias automotivas esgotadas, filtros de óleo/combustível e estopas ou panos embebidos em solventes ou graxas, dotados de alto potencial de contaminação do solo e de recursos hídricos em caso de vazamento ou descarte inadequado.
- **Geração de Resíduos Classe II (Não Perigosos/Inertes):** Descarte de componentes metálicos ferrosos e não ferrosos (pastilhas de freio exauridas, amortecedores, discos, eixos, escapamentos), elementos plásticos, borrachas, pneumáticos inservíveis e embalagens diversas (papelão e plásticos de proteção).

17.2. Atribuição de Responsabilidade Única e Governança

Em estrita observância aos princípios da eficiência, do desenvolvimento nacional sustentável (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) e das diretrizes da Lei Federal nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), **o Setor de Motomec do CPA/M-8 assumirá a responsabilidade única e exclusiva pela gestão, segregação, acondicionamento temporário e destinação final de todas as peças e insumos inservíveis decorrentes das manutenções internas.**

17.3. Medidas Mitigadoras e Diretrizes Operacionais do Setor de Motomec

Para neutralizar os riscos e garantir o cumprimento irrestrito das legislações pertinentes à sustentabilidade e à responsabilidade socioambiental, o Setor de Motomec adotará as seguintes rotinas de controle:

- **Segregação na Fonte:** Todos os materiais substituídos serão triados imediatamente após a desmontagem, impedindo a mistura de componentes recicláveis com resíduos contaminados ou perigosos.
- **Armazenamento Adequado:** Os resíduos líquidos (óleos e fluidos) serão depositados em recipientes estanques, impermeáveis e devidamente rotulados, instalados em área coberta com piso impermeabilizado e bacia de contenção, mitigando qualquer risco de acidente ambiental no quartel.
- **Ativação da Logística Reversa:** Para os itens de alta periculosidade ambiental regulamentados pelo art. 33 da Lei nº 12.305/2010 (baterias, pneus e óleos/embalagens), o Setor de Motomec exigirá e fiscalizará o recolhimento por parte das empresas contratadas (sistema de troca/devolução do item inservível no ato da entrega do novo), transferindo a responsabilidade da destinação final adequada ao ciclo produtivo do fabricante.
- **Destinação de Sucata Metálica:** As peças metálicas sem reaproveitamento técnico serão catalogadas e destinadas aos procedimentos de desfazimento, leilão de inservíveis ou doação conforme a legislação estadual e militar vigente, fomentando a economia circular por meio da reciclagem siderúrgica.

Com a centralização desses procedimentos no Setor de Motomec, a Administração garante o controle absoluto sobre o passivo ambiental gerado pela manutenção interna, blindando a instituição contra sanções ambientais e assegurando uma operação ecologicamente correta e integrada às boas práticas socioambientais.

18. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

18.1. Justificativa da Viabilidade

18.1. Conclusão da Análise Técnica e Operacional

Com fulcro no art. 18, § 1º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021, a equipe de planejamento deste CPA/M-8ra, após avaliar detidamente todos os elementos técnicos, logísticos e operacionais expostos ao longo deste Estudo Técnico Preliminar (ETP), declara a **integral viabilidade técnica, jurídica e econômica** para a deflagração do processo licitatório.

18.2. Justificativa do Alinhamento Estratégico

A convergência de todos os fatores analisados — em especial a identificação precisa da necessidade operacional do CPA/M-8 (Item 3), o

estabelecimento rigoroso dos requisitos de qualidade e conformidade das autopeças (Item 5), o levantamento mercadológico com a consolidação do modelo híbrido de manutenção (Item 7) e a governança socioambiental centralizada no Setor de Motomec (Item 17) — demonstra que a aquisição direta de peças comuns de mercado por meio de Pregão Eletrônico atende com excelência ao interesse público.

18.3. Conclusão Final

Diante do exposto, resta formalmente demonstrado que a contratação pretendida se mostra viável, oportuna e necessária, configurando a solução mais vantajosa para mitigar o tempo de baixa das viaturas de 2 (duas) e 4 (quatro) rodas. Esta modelagem garante a continuidade, a eficiência e a prontidão do patrulhamento ostensivo e preventivo em prol da segurança pública na região metropolitana sob a responsabilidade deste Comando.

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDMILSON DOS SANTOS

Elaborador



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 11:00:27.

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8

Edital 27/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
27/2026	180179-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8	SERGIO RODRIGUES	12/06/2026 15:13 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00078300/2026-78

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90005/2026

CONTRATANTE (UASG)

180179

OBJETO

Aquisição de peças automotivas

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 648.508,05

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **30/06/2026** às 09h00m (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

menor preço por item

Modo de disputa:

aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

Sumário

1. DO OBJETO
2. DO REGISTRO DE PREÇOS
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11. DOS RECURSOS

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

COMANDO DE POLICIAMENTO DE ÁREA METROPOLITANA OITO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026

(Processo Administrativo nº 057.00078300/2026-78)

Torna-se público que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, por meio do Comando de Policiamento de Área Metropolitana Oito (CPA/M-8), sediado na Avenida Cruzeiro do Sul, nº 460 - Jardim Rochdale - Osasco - SP - CEP: 06226-002, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de baterias automotivas, pastilhas de freio e aditivo automotivo, para manutenção das viaturas da subfrota do CPA/M-8, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.5.1. Para os itens do 1 ao 56, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.5.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.8. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

- 3.9.** No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.10.** Será permitida a participação de sociedades cooperativas nesta licitação, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.** Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.11.1.** Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inc. IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

- 4.1.** O valor estimado para aquisição das baterias automotivas, pastilhas de freio e aditivos para radiador é de R\$ 648.508,05 (seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e oito reais e cinco centavos).

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.3.2.** não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- 5.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 5.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.4.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 5.4.1 e 5.4.2 subseqüentes.
- 5.4.1.** Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.
- 5.4.2.** Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4.3.** Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 5.4.1 ou no item 5.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.4.4.** Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada.

5.4.6. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 5.3 e 5.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Nome do fabricante;

6.1.3. Modelo da peça;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo especificado na documentação que constitui Anexo deste Edital.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

6.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.

6.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.

6.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus

termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 1% (um por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação à hipótese de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

7.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.2. A melhor classificada nos termos da subdivisão acima terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido na subdivisão acima.

7.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nas subdivisões anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.5. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 7.11).

7.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

7.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

7.19.2.2. empresas brasileiras;

7.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.19.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.19.4. Será observado o disposto no § 2º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e no inciso III do art. 41 c/c o inciso I do art. 58 da Lei Complementar nº 225, de 2026, quando for o caso.

7.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

7.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.20.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.20.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

7.21. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

8.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

8.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>); e

8.1.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alíneas “b” e “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 5.4 deste Edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

8.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 8.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 9.

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;

8.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

8.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.10.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.1.5. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

9.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

9.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

9.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 9.9.1.

9.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

9.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte e das cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

9.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

9.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 16 deste Edital.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A disciplina deste item 11 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. A disciplina deste item 12 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

14.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

14.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.5.4. deixar de apresentar amostra, caso exigida na documentação que integra este Edital; ou

14.1.5.5. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra em desacordo com as especificações do Edital;

14.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

14.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

14.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.10.3. caso exigida na documentação que integra este Edital, apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Multa Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 14.1.8 a 14.1.12, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 14.1.3, de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 14.1.2, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 14.1.4 a 14.1.6, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 14.1.7, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 14.1.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

14.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

14.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 14.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

14.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.8, 14.1.9, 14.1.10, 14.1.11 e 14.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 14.1.2, 14.1.3, 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6 e 14.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 14.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação [ou a ata de registro de preços (caso se trate de licitação para registro de preços)] no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 14.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.11.** A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.12.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.
- 14.13.** Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.14.** Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.15.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.16.** A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.
- 14.17.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 14.18.** Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.
- 14.19.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.
- 14.20.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo(s) seguinte(s) meio(s): <https://www.gov.br/compras/pt-br>; cpam8financas@policiamilitar.sp.gov.br.
- 15.3.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.3.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.
- 15.4.** A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e no(s) sítio(s) eletrônico(s) na Internet através do site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

15.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

15.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

16.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 16.2.

16.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

16.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

16.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

16.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

16.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 8.1 deste Edital.

16.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

16.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja (m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

16.2.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

16.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

16.2.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

16.2.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

16.2.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

16.2.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Edital e seus Anexos e à sua proposta;

16.2.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

16.2.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.2.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

16.2.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

16.2.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

16.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

16.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

16.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

16.13. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

16.14. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

16.15. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

16.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

16.16.1. ANEXO I - Termo de Referência;

16.16.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

16.16.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

16.16.3. ANEXO III – Cópia do ato normativo sobre sanções aplicável;

16.16.4. ANEXO IV – Modelos(s) referente(s) a planilha de proposta;

16.16.5. ANEXO V – Modelo(s) de Declaração(ões);

16.16.6. ANEXO VI – ABNT NBR 15296:2005.

Osasco, na data da assinatura digital.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JULIO AUGUSTO MALHEIROS SPINOLA

Subscritor



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 15:13:10.

ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8

Termo de Referência 105/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
105/2026	180179-ESP-COM.POLIC.AREA METROP-8	SERGIO RODRIGUES	12/06/2026 11:33 (v 0.4)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		057.00078300/2026-78

1. Definição do objeto

Condições Gerais da Contratação

1.1. Aquisição de peças automotivas, visando a manutenção das viaturas pertencente a subfrota do CPAM-8, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CAT MAT	SIAFISCO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL	MODELO / ANO
1	Motor de Partida Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin 1.8; Ano 13/21; Codigo Da Montadora, 24587020, Peca Fabricante Genuino;	616843	6518796	UNI	20	894,00	17.880,00	2022
2	Tampa Reservatorio Compensacao de Agua do Radiador; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos S10/trailblazer/traker/cobalt /spin/cruze/onix; Ano(conf. o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 13502353, Peca Fabricante Genuina;	616950	4647599	UNI	30	136,285	4.088,55	2022
3	Vela de Ignicao para Motor Automotivo; Flex; Eletronico; 1 Eletrodo de Cobre; Codigo 93221446,peça Genuina;	617242	5273722	JOGO	20	52,00	1.040,00	2022
4	Conjunto de Cabo de Vela Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 24588545, Peca Fabricante Original;	616956	5381789	JOGO	20	82,00	1.640,00	2022
5	Coxim do Motor Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin 1.8 Lt/cobalt; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Lado Esquerdo do Cambio Manual; Codigo Da Montadora, 95032352, Peca Fabricante Genuina;	616988	6521134	UNI	30	480,00	14.400,00	2022
6	Disco de Freio Dianteira Automotivo; Ventilado / Sistema Abs / Sem Cubo; Gm;	616841	5658225	JOGO	30	336,00	10.080,00	2022

	Spin 1.8l Mt Ls; 2018/2019; Código Da Montadora 52125657,peça Fabricante Original;							
7	Tambor do Freio Traseiro Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/20; Codigo Da Montadora, 52071985, Peca Fabricante Original;	616951	5628725	JOGO	20	690,00	13.800,00	2022
8	Sapata de Freio Com Guarnicao Automotivo; Lado Esquerdo/direito; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin /tracker; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 52130719, Peca Fabricante Genuina;	616855	6385680	JOGO	20	320,00	6.400,00	2022
9	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Spin/cobalt/sonic/onix; Ano 13/15; Codigo Da Montadora 95299172, Peca Fabricante Original;	618617	4679814	UNI	50	55,00	2.750,00	2022
10	Bobina Da Ignicao de Alta Potencia Automotivo; 12 Volts, para Veiculos Da Marca Gm, Modelo Cobalt/spin 1.4/1.8, Ano 17/18; Codigo Da Montadora, 12619161, Peca Fabricante Genuina;	364717	5307740	UNI	30	325,61	9.768,30	2022
11	Embreagem Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Cobalt/montana/spin /novo Vectra/astra 1. 8/2.0/corsa; Ano 02 /17; Codigo Da Montadora Codigo Da Montadora 24580291, Peca Genuina;	616947	4060628	JOGO	30	504,00	15.120,00	2022
12	Cilindro Mestre Da Embreagem Automotivo; para Veiculo Da Marca Gm; Modelo Spin/onix/cobalt; Ano 13/15; Codigo Da Montadora 24581803, Peca Genuina;	253110	4600479	UNI	30	250,00	7.500,00	2022
13	Atuador Da Embreagem C/ Rolamento Automotivo; Gm; Corsa Hatch/sedan; 02/08; 09126238, Peca Genuina;	616879	3722775	UNI	30	360,00	10.800,00	2022
14	Bomba Da Agua Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 17/18; Codigo Da Montadora, 24584731, Peca Fabricante Genuina;	357524	5337674	UNI	30	101,00	3.030,00	2022
15	Reservatorio de Agua do Radiador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/14; Codigo Da Montadora, 95048411, Peca Fabricante Original;	618587	5475376	UNI	50	105,00	5.250,00	2022
16	Radiador de Agua Automotivo; Com Isolador Superior do Radiador e Com a Valvulade Dreno, para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 17/21; Codigo Da Montadora, 52129296, Peca Fabricante Original;	616994	5885221	UNI	20	945,00	18.900,00	2022
17	Batente do Amortecedor Dianteira Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Cobalt/spin/prisma; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 95028562, Peca Fabricante Genuina;	618615	6506470	UNI	100	140,00	14.000,00	2022
18	Amortecedor Suspensao Dianteira a Oleo Automotivo; Lado Direito, para Veiculos Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/2015; Codigo Da Montadora 52085416, Peca	216313	4658892	UNI	30	575,00	17.250,00	2022

	Fabricante Original;							
19	Amortecedor Suspensao Dianteira a Oleo Automotivo; Lado Esquerdo, para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/15; Codigo Da Montadora 52085417, Peca Fabricante Original;	467677	4658884	UNI	30	575,00	17.250,00	2022
20	Batente do Amortecedor Traseira Automotivo; Com Coifa, para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Spin, Cobalt; Ano (conforme o Codigo Da Montadora); Lado Direito/esquerdo; Codigo Da Montadora, 52036892, Peca Fabricante Genuina;	617799	6317430	JOGO	50	30,29	1.514,50	2022
21	Mangueira de Agua do Aquecedor Automotivo; de Entrada; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Cobalt/spin; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 94749539, Peca Fabricante Original;	617415	5978742	UNI	50	94,80	4.740,00	2022
22	Tubo de Arrefecimento do Motor Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin 1.8 Lt Flex; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 52056625, Peca Fabricante Original;	628016	5531179	UNI	40	216,00	8.640,00	2022
23	Mangueira Superior do Radiador Automotivo; para Veiculos Gm; Modelo Spin; Ano 17/21; Codigo Da Montadora, 52114729, Peca Fabricante Original;	269537	5688345	UNI	30	107,00	3.210,00	2022
24	Mangueira Inferior do Radiador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 14/17; Codigo Da Montadora, 94773689, Peca Fabricante Original;	269538	5608171	UNI	30	115,00	3.450,00	2022
25	Correia do Alternador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Spin/onix /prisma(versoes Conforme o Codigo Da Montadora); Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 24590700, Peca Fabricante Original;	617417	6401279	UNI	50	95,00	4.750,00	2022
26	Junta Homocinetica Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/20; Codigo Da Montadora, 52073115, Peca Fabricante Original;	429368	5608236	UNI	30	375,00	11.250,00	2022
27	Coifa Da Homocinetica Externa Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 13/16; Codigo Da Montadora, 94760589, Peca Fabricante Original;	345258	5608201	UNI	30	85,00	2.550,00	2022
28	Terminal de Direcao Automotivo; Lado Direito; para Veiculos Da Marca Gm; Modelospin; Ano 17/21; Codigo Da Montadora, 52112626, Peca Fabricante Original;	227651	5785464	UNI	20	225,00	4.500,00	2022
29	Terminal de Direcao Automotivo; Lado Esquerdo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin; Ano 19/20; Codigo Da Montadora, 52112625, Peca Fabricante Original;	227652	5785472	UNI	20	225,00	4.500,00	2022
30	Bucha Da Barra Estabilizadora Suspensao Dianteira; Posicao Direita/esquerda; para Veiculos Da Gm; Modelo Spin; Ano 13/21; Codigo Da Montadora, 94754484, Peca Fabricante Original;	618846	5914418	UNI	50	45,00	2.250,00	2022

31	Coxim do Cambio Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Spin/cobalt; Ano 12/15; Codigo Da Montadora, 95493722, Peca Fabricante Original;	616987	5398274	UNI	30	215,00	6.450,00	2022
32	Coxim do Motor Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos, Cobalt/onix/spin /prisma, 1.4 e 1.8; Ano 12/17; Posicao Dianteiro; Lado Direito; Codigo Da Montadora 52068329, Peca Genuina;	616986	4833724	UNI	30	320,00	9.600,00	2022
33	Amortecedor Suspensao Dianteira a Oleo Automotivo; para Veiculos Gm; Modelo Trailblazer; Ano(conf. o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 52073781, Peca Fabricante Original;	293389	6185797	UNI	20	792,69	15.853,80	2022
34	Amortecedor Suspensao Traseira a Oleo Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 52073753, Peca Fabricante Original;	216314	5611270	UNI	20	619,32	12.386,40	2022
35	Reservatorio de Agua do Radiador Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo S10, Trailblazer Diesel 2.8; Ano 14 /20; Codigo Da Montadora, 94725472, Peca Fabricante Original;	617237	5329469	UNI	20	380,00	7.600,00	2022
36	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; Lado Direito, para Veiculos Da Marca Gm; Modelos S10/trailblazer; Ano 12 /17; Codigo Da m Ontadora 94717081, Peca Fabricante Original;	617286	4659058	UNI	50	130,00	6.500,00	2022
37	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; Lado Esquerdo, para Veiculos Da Marca Gm; Modelos S10/trailblazer; Ano 12/17; Codigo Da Montadora 94717080, Peca Fabricante Original;	602322	4659066	UNI	50	130,00	6.500,00	2022
38	Haste Da Barra Estabilizadora Suspensao Automotivo; Posicao Traseira, para Veiculos Da Marca Gm; Modleo Trailblazer; Ano 12 /17; Codigo Da Montadora, 52019350, Peca Fabricante Original;	617288	6071007	UNI	40	287,00	11.480,00	2022
39	Braco Da Suspensao Dianteira Automotivo; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Posicao Inferior, Com Pivo, Bucha, Etc.; Lado Direito; Codigo Da Montadora, 52123588, Peca Fabricante Original;	460996	5475643	UNI	30	1.100,00	33.000,00	2022
40	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Inferior; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Lado Esquerdo; Codigo Da Montadora, 52123589, Peca Fabricante Original;	257038	5475660	UNI	30	1.100,00	33.000,00	2022
41	Braco Da Suspensao Dianteira Direito Superior; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/19; Com Pivo, Bucha, Batente, Parafuso, Etc; Codigo Da Montadora, 52123583, Peca Fabricante Original;	335579	5475856	UNI	30	820,10	24.603,00	2022
42	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Superior; para Veiculos Da Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Com Pivo,	256984	5476038	UNI	30	750,00	22.500,00	2022

	Bucha, Batente, Etc;Codigo Da Montadora, 52123584, Peca Fabricante;							
43	Disco de Freio Dianteira Automotivo; Tipo Ventilado; para Veiculos Da Marca Gm; Modelos Trailblazer/s10; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 52108355, Peca Fabricante Genuina;	616839	6377459	JOGO	50	1.110,57	55.528,50	2022
44	Disco de Freio Traseira Automotivo; Ventilado; Gm; Trailblazer; 13/15; 52032731, peca Genuina;	616840	4315081	JOGO	25	1.065,00	26.625,00	2022
45	Lona de Freio Roda Traseira Com Patins Automotivo; Marca Gm; Modelo Trailblazer; Ano 17/20; Codigo Da Montadora, 52125707, Peca Fabricante Original;	257148	5619009	JOGO	30	598,00	17.940,00	2022
46	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Superior; Ford; Modelo Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Com Pivo; Codigo Da Montadora Jb3z/3085 /b - Peça Genuína;	602408	6244726	UNI	20	850,00	17.000,00	2022
47	Braco Da Suspensao Dianteira Direito Superior; Ford; Modelo Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Codigo Da Montadora, Jb3z/3084/b, Peça Genuína;	469065	6244718	UNI	20	850,00	17.000,00	2022
48	Braco Da Suspensao Dianteira Direito Inferior; Ford; Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Com Pivo; Codigo Da Montadora Jb3z/3078/c/ Peça Genuina;	469064	6225802	UNI	20	1.005,00	20.100,00	2022
49	Braco Da Suspensao Dianteira Esquerdo Inferior; Ford; Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc),versão Xls4stma32; 2022; Com Pivo; Codigo Da Montadora Jb3z/3079/c/,peça Genuína;	469065	6225810	UNI	20	1.005,00	20.100,00	2022
50	Disco de Freio Dianteira Automotivo; Tipo Ventilado; para Veiculos Da Marca Ford; Modelo Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Codigo Da Montadora, Ab31/1125/ac, Peca Fabricante Genuina;	616838	6222803	JOGO	10	790,00	7.900,00	2022
51	Sapata de Freio Com Guarnicao Automotivo; Traseira; Ford; Ranger Cabina Dupla 4x4 (7bc), Versão Xls4stma32; 2022; Ab3z/2200/b, Peça Genuina;	457406	6222889	JOGO	10	525,00	5.250,00	2022
52	Embreagem Automotivo; Plato e Disco, para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Sandero 1.6 16v; Ano 15/15; Codigo Da Montadora Codigo Da Montadora, 302059954r, Peca Fabricante Original;	616842	5862663	JOGO	10	787,50	7.875,00	2025
53	Vela de Ignicao para Motor Automotivo; Motor Flex, para Modelo Duster; Nucleo de Cobre; 01 Eletrodo; Codigo Da Montadora, 224019874r, Peca Fabricante Original;	465924	5923832	JOGO	25	168,60	4.215,00	2025
54	Amortecedor Da Suspensao Dianteira a Ar Automotivo; para Veiculos Renault; Modelo Duster; Ano 13/14; Codigo Da Montadora, 543020714r, Peca Fabricante Original;	604493	5622042	UNI	20	550,00	11.000,00	2025
55	Correia do Alternador Automotivo; para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Duster, Motor 1.6 16v H4m; Ano(conforme o Codigo	604903	6480845	JOGO	20	150,00	3.000,00	2025

	Da Montadora); Codigo Montadora, 117208023r, Peca Fabricante Original;							
56	Batente do Amortecedor Dianteira Automotivo; para Veiculos Da Marca Renault; Modelo Duster 1.6; Ano(conforme o Codigo Da Montadora); Codigo Da Montadora, 540505149r, Peca Fabricante Original;	618709	6480861	UNI	20	160,00	3.200,00	2025

- 1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.
- 1.1.2 Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como COMUM, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de setembro de 2023.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 30 (trinta) dias, contados da emissão do empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação

Subcontratação

- 1.7. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

Fundamentação da Contratação

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023 conforme consta das informações básicas desse termo de referência e no Documento de Formalização de Demanda (SEI nº 057.00078300/2026-78).

3. Descrição da solução

Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto

- 3.1. Escopo Integrado da Solução:** A solução integral e tecnicamente adequada para atender às necessidades logísticas da subfrota do CPA/M-8 consiste no fornecimento de peças e acessórios automotivos novos, **ORIGINAIS** (em estrita observância à **Norma ABNT NBR 15296/2005**), para viaturas de 2 (duas) e 4 (quatro) rodas, conjuntamente com a utilização da ata de Registro de Preços de Manutenção Automotiva terceirizada. A modelagem da solução é baseada em um ciclo autossustentável e descentralizado que integra a aquisição direta de insumos com a mão de obra especializada da própria oficina interna do CPA/M-8 e Unidades subordinadas, otimizando a força de trabalho técnico-militar existente.
- 3.2. Complementaridade e Mitigação de Custos do Cenário Vigente:** A presente solução foi projetada de forma estratégica para mitigar as falhas e os custos elevados do modelo atual. O CPA/M-8 é participante de Ata de Registro de Preços (ARP) para manutenção veicular terceirizada. Contudo, essa ferramenta mostrou-se quantitativamente insuficiente para a alta demanda da frota. Ademais, sob o aspecto econômico, as peças aplicadas por meio da referida ARP terceirizada são precificadas com base na Tabela Cilia, resultando em valores consideravelmente superiores aos praticados no mercado aberto. A solução ora proposta resolve este gargalo, gerando expressiva economicidade ao erário ao permitir a compra direta de peças originais de fábrica sem as margens de agenciamento de oficinas terceirizadas.
- 3.3. Mecanismo de Execução e Logística:** O fornecimento dos bens será processado sob o regime de execução indireta, mediante **Pregão Eletrônico**, entrega única, na seção de motomecanização do CPA/M-8, conforme estabelecido no Termo de Referência. O fluxo da solução compreenderá:

- **a) Emissão da Nota de Empenho:** Após a homologação/adjudicação do certame, serão emitidas as Notas de Empenho e encaminhada(s) à(s) respectiva(s) vencedoras, por meio de comunicação disponível;
- **b) Entrega Garantida:** Distribuição ágil dos componentes pela(s) contratada(s) nas dependências deste Comando;
- **c) Aplicação da Mão de Obra Interna:** Instalação dos componentes pela equipe de policiais mecânicos qualificados, assegurando o pronto emprego e o retorno célere das viaturas ao patrulhamento ostensivo. Viaturas que não apresentam defeitos complexos, mas sim, serviços de natureza técnica simples, como troca de óleo, pneus, amortecedores, bateria, filtros em geral... etc.

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade e Diretrizes Gerais

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos ambientais e operacionais:

- **Conformidade Ambiental:** Os materiais fornecidos devem ser livres de amianto ou outras substâncias restritas pela legislação ambiental vigente.
- **Eficiência dos Recursos:** Preferência por materiais que demonstrem maior vida útil e menor geração de resíduos ao longo do seu ciclo de uso. [1, 2]
- **Responsabilidade pelo Descarte:** Todo e qualquer descarte decorrente da execução deste objeto — incluindo embalagens, peças inservíveis e resíduos — será de responsabilidade exclusiva da **Contratante**, que providenciará a destinação final adequada. [1]

4.2. Obrigações da Contratada

- 4.2.1. A entrega do objeto deverá ser em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local informados pela Unidade.
- 4.2.2. O material deve ser acompanhado da respectiva nota fiscal, contendo: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.
- 4.2.3. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.
- 4.2.4. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais adquiridos, nos termos da legislação vigente.
- 4.2.5. A Contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com a Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 4.2.6. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela contratante e atender reclamações prontamente.
- 4.2.7. A contratada é responsável pelos pagamentos dos encargos fiscais, comerciais e demais obrigações resultantes desta aquisição. [1, 2, 3, 4, 5]

4.3. Garantia da Contratação

4.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar (ETP). [1, 2, 3]

4.4. Diretrizes Legais e Modalidade de Licitação

- 4.4.1. O procedimento para a contratação será realizado mediante a modalidade **Pregão, na forma Eletrônica**, adotando-se o critério de julgamento por **menor preço por item**.
- 4.4.2. A escolha fundamenta-se no art. 6º, inciso XLI, e art. 29 da Lei nº 14.133/2021, visto que as peças automotivas configuram bens comuns. [1, 2, 3, 4]

4.5. Tratamento Diferenciado para ME/EPP (Exclusividade)

- 4.5.1. O certame observará as prerrogativas da Lei Complementar nº 123/2006.
- 4.5.2. Considerando que os valores estimados de cada item da contratação não ultrapassam o limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a licitação será de **participação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 e do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021. [1, 2, 3, 4, 5]

4.6. Requisitos de Qualidade, Padronização e Certificação

Para salvaguardar a segurança dos operadores e a integridade da subfrota do CPA/M-8, os materiais deverão cumprir os arts. 41 e 43 da Lei nº 14.133/2021:

- **Procedência e Originalidade:** Peças novas, de primeiro uso, genuínas ou originais de fábrica (ou qualidade equivalente certificada).
- **Compatibilidade:** Perfeita adequação aos manuais técnicos dos fabricantes das viaturas de 2 e 4 rodas.
- **Certificação Técnica:** Apresentar certificação do INMETRO obrigatória para os componentes que a exigirem, com etiquetas visíveis.
- **Acondicionamento:** Entrega em embalagens originais que garantam proteção contra impactos, umidade e contaminação.

4.7. Logística de Entrega e Prazos Operacionais

Esta contratação visa suprir exclusivamente a aquisição de peças para intervenções mecânicas imediatas e de baixa complexidade executadas pela própria OPM. Manutenções complexas permanecem cobertas pela Ata de Registro de Preços (ARP) de manutenção terceirizada vigente.

- **Prazo de Entrega:** Máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada por e-mail institucional.
- **Prazos Reduzidos:** Itens de alta rotação operacional poderão ter prazos menores definidos na planilha de especificações.
- **Local de Entrega:** Sede do CPA/M-8 (Setor de Subfrota), situado na Av. Cruzeiro do Sul, nº 460 – Jd. Rochdale, Osasco/SP, CEP 06226-002.
- **Horário de Entrega:** Segunda a sexta-feira, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 17h00 (exceto feriados). [1]

4.8. Requisitos de Garantia e Reposição

4.8.1. Constatados defeitos ou divergências técnicas no ato do recebimento provisório ou definitivo, a Contratada deverá substituir o lote rejeitado.

4.8.2. O prazo máximo para substituição será de **48 (quarenta e oito) horas**, contadas a partir da notificação oficial, sem ônus para a Administração.

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1. O prazo de entrega dos bens será de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota de Empenho;

4.1.2. A entrega do objeto deverá ser em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local informados pela Unidade acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

4.1.3. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual;

4.1.4. Responsabilizar-se integralmente pelos materiais adquiridos, nos termos da legislação vigente, e, devendo repor materiais que forem entregues em desconformidade com o solicitado;

4.1.5. A Contratada será responsável pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

4.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela contratante e atender reclamações prontamente;

4.1.7. A contratada é responsável pelos pagamentos dos encargos fiscais e comerciais e demais obrigações existentes resultantes desta aquisição.

Garantia da contratação

4.1.8. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reservas de cota para ME/EPP/EQUIPARADAS

4.2. Em cumprimento ao inciso III do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, os itens do 1 ao 56, constituem cotas reservada(s) para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

4.2.1 Se o mesmo licitante vencer a cota reservada e a cota principal, será efetuada negociação para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Condições e Procedimentos de Entrega

5.1.1. A entrega dos bens ocorrerá em **remessa única** por item empenhado, respeitando o prazo, local e horários definidos no item 4.7 deste Termo de Referência.

5.1.2. O recebimento das peças deverá ser previamente agendado junto à Seção de Subfrota (Motomec) com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para fins de triagem física.

5.1.3. Caso a Contratada comprove a impossibilidade de cumprir o prazo por motivos alheios à sua vontade, deverá formalizar o pedido de prorrogação com antecedência mínima de **05 (cinco) dias úteis** do vencimento.

5.1.4. Pedidos extemporâneos não serão analisados, ressalvadas as hipóteses devidamente comprovadas de caso fortuito ou força maior, nos termos da legislação civil.

5.1.5. O transporte, carga, descarga e movimentação das peças até o local de armazenamento interno da Subfrota são de inteira responsabilidade da Contratada.

5.2. Critérios de Garantia e Assistência Técnica

5.2.1. O prazo de garantia das peças automotivas fornecidas será o estabelecido pelo fabricante do componente, **não podendo ser inferior a 90 (noventa) dias** (garantia legal para bens duráveis), nos termos do art. 26, inciso II, da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.2.2. O prazo de garantia começará a fluir a partir da data de emissão do **Termo de Recebimento Definitivo** do objeto.

5.2.3. A garantia abrange a substituição integral de peças que apresentem defeitos de fabricação, fadiga prematura ou incompatibilidade dimensional com os veículos, sem qualquer custo para a Administração.

5.2.4. A assistência técnica e a substituição das peças em garantia deverão seguir o rito e os prazos de mitigação estabelecidos no item 4.8 deste Termo de Referência.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.10. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata temporis", em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL", o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega imediata.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS.

8.19. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de consórcio

8.23.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

- b) Finalidade do consórcio;
- c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;
- f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
- h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.23.2. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição

8.23.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.23.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

8.24. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 648.508,05

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de R\$ 648.508,05 (seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e oito reais e cinco centavos), conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

EDMILSON DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/06/2026 às 11:33:06.

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO



Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2024NE

UG							
Gestão							
Data de Emissão							
CNPJ/CPF/UG							
Credor							
Endereço							
Cidade		UF		CEP			
Origem Material							
Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
No Processo			Acordo				
Tipo de Empenho			Ref Dispensa				
Licitação			Modalidade				
Empenho Orig.			Nº Contrato		Nº OC		
Valor do Empenho R\$							
Cronograma							
Sequência		Item		Unid. Forn.			
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total			
Descrição							
Sequência		Item		Unid. Forn.			
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total			
Descrição							
Sequência		Item		Unid. Forn.			
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total			
Descrição							

Impresso pelo Siafisico

1/2





Governo do Estado de São Paulo

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					

Total ou Valor a Transportar R\$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

Ordenador da Despesa

Responsável pela emissão	
--------------------------	--

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

ANEXO III.1

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

COD CATMAT	CÓDIGO ITEM BEC	ESPECIFICAÇÃO	UNID FORN	QTD	VL UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

ANEXO III

CÓPIA DO ATO NORMATIVO SOBRE SANÇÕES APLICÁVEIS

As sanções administrativas para as infrações ocorridas, atenderão ao contido no TÍTULO IV, DAS IRREGULARIDADES, CAPÍTULO I, DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, da Lei Federal 14.133 de 1º de abril de 2021.

PREGÃO 90006/2026

[illegible]

DEFINIÇÃO OFICIAL

NORMA DA ABNT CONCEITUA CORRETAMENTE

TERMOS DE LARGO USO PELO SETOR DE AUTOPEÇAS

A Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, fórum nacional de normalização, elaborou norma que define certos termos utilizados como denominação de peças de uso veicular, um trabalho de grande importância porque vai ajudar a tirar dúvidas que, vez por outra, pairam sobre a cabeça das pessoas que labutam no ramo. Para os efeitos desta norma (Projeto 05.101.02-004), aplicam-se as seguintes definições ⁽¹⁾:

- **AUTOPEÇA:** peça de aplicação em veículo automotor e veicular.
- **COMPONENTE:** peça individualmente considerada e/ou, preferencialmente, um agrupamento de peças individuais (itens), formando um subconjunto montado.
- **PEÇA:** ver autopeça.
- **PEÇA DE PRODUÇÃO ORIGINAL:** peça que integra um produto original (veículo automotor) em sua linha de montagem.
- **PEÇA DE REPOSIÇÃO ORIGINAL:** também denominada **peça genuína ou peça legítima**, destinada a substituir peça de produção original para efeitos de manutenção ou reparação, caracterizada por ter sido concebida pelo mesmo processo de fabricação (tecnologia), apresentando as mesmas especificações técnicas da peça que substitui.
- **PEÇA DE REPOSIÇÃO ⁽²⁾:** também denominada peça de pós-venda, é destinada a substituir peça de produção original ou peça de reposição original, caracterizada pela sua adequação e intercambiabilidade, podendo ou não apresentar as mesmas especificações técnicas, características de qualidade (por exemplo, material, resistência, tratamento de beneficiamento, desempenho e durabilidade) da peça de produção original.
- **PEÇA REMANUFATURADA ⁽²⁾⁽³⁾:** peça ou componente de produção original usado, caracterizado por ter sido submetido a processo industrial pelo próprio fabricante original deste ou em estabelecimento autorizado deste fabricante, para o restabelecimento das funções e requisitos técnicos originais.
- **PEÇA RECONDICIONADA ⁽²⁾:** peça ou componente de produção original usado, peça ou componente de reposição original usado ou, ainda, peça ou componente de reposição usado, caracterizado por ter sido submetido a processo técnico e/ou industrial para o restabelecimento das funções e requisitos técnicos originais.
- **PEÇA RECUPERADA ⁽²⁾:** peça ou componente de produção original usado, peça ou componente de reposição original usado ou, ainda, peça ou componente de reposição usado, caracterizado por ter sido submetido a processo artesanal para o restabelecimento de funcionalidade.

⁽¹⁾ — Esta norma não exclui a adoção pelo mercado de termos específicos, a exemplo daqueles relativos a pneus (recauchutados), não abrangidos e/ou contemplados por esta norma.

⁽²⁾ — Seu emprego requer ciência e autorização inequívocas do consumidor (Lei 8.078/90, art.2 1).

⁽³⁾ — A garantia desta peça se equipara à garantia contratual da peça de reposição original.

RELAÇÃO DE ITENS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90005/2026-000

1 - Itens da Licitação**1 - Motor De Partida - Veículo Automotivo****Descrição Detalhada:** Motor De Partida - Veículo Automotivo Referência: 93374342, Aplicação: Veículo Chevrolet Corsa Sedan/Hatch 1 8 Flex**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não**Quantidade Total:** 20**Critério de Julgamento:** Menor Preço**Critério de Valor:** Valor Estimado**Valor Total (R\$):** 17.880,00**Unidade de Fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances (%):** 0,50**Local de Entrega (Quantidade):** Osasco/SP (20)**2 - Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo****Descrição Detalhada:** Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo Tipo: Tampa, Uso 1: Reservatório De Expansão, Aplicação 1: Veículo S10/Trailblazer/Traker/Cobalt/Spin/Cruze, Referência 19: 13502353**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não**Quantidade Total:** 30**Critério de Julgamento:** Menor Preço**Critério de Valor:** Valor Estimado**Valor Total (R\$):** 4.088,55**Unidade de Fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances (%):** 0,10**Local de Entrega (Quantidade):** Osasco/SP (30)**3 - Vela Ignição****Descrição Detalhada:** Vela Ignição Material Eletrodo Central: Cobre, Diâmetro Rosca: 14MM, Aplicação: Veículo Gm Spin**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não**Quantidade Total:** 20**Critério de Julgamento:** Menor Preço**Critério de Valor:** Valor Estimado**Valor Total (R\$):** 1.040,00**Unidade de Fornecimento:** Jogo**Intervalo Mínimo entre Lances (%):** 0,10**Local de Entrega (Quantidade):** Osasco/SP (20)**4 - Cabo De Vela****Descrição Detalhada:** Cabo De Vela Referência: 24588545, Aplicação: Veículo Gm Spin Ano 17/20**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.**Aplicabilidade Decreto 7174/2010:** Não**Quantidade Total:** 20**Critério de Julgamento:** Menor Preço**Critério de Valor:** Valor Estimado**Valor Total (R\$):** 1.640,00**Unidade de Fornecimento:** Unidade**Intervalo Mínimo entre Lances (%):** 0,10**Local de Entrega (Quantidade):** Osasco/SP (20)

5 - Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo Tipo: Coxim, Aplicação 1: Veículo Gm Cobalt/Onix/Prisma/Spin, Referência 19: 95190896

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 14.400,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

6 - Disco Freio

Descrição Detalhada: Disco Freio Referência: 52125657, Tipo Uso: Dianteiro, Aplicação: Veículo Gm Spin 1.8l Mt Ls

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 10.080,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

7 - Tambor Freio

Descrição Detalhada: Tambor Freio Uso: Roda Traseira, Aplicação: Veículo Gm Spin, Referência: 52071985

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 13.800,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

8 - Sapata Lona Freio

Descrição Detalhada: Sapata Lona Freio Uso: Lona Freio, Referência: 95145057, Aplicação: Veículo Gm Spin Ano 17/23

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 6.400,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

9 - Bielela

Descrição Detalhada: Bielela Uso: Suspensão, Aplicação: Veículo Gm Spin

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 2.750,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

10 - Bobina Ignição

Descrição Detalhada: Bobina Ignição Tipo Uso: Motor De Partida, Aplicação: Veículo Gm, Modelo Corsa Sedan, Ano 2003, Álcool, Referência: 1104038, Características Adicionais: Original

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 9.768,30

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

11 - Conjunto Embreagem Automotiva

Descrição Detalhada: Conjunto Embreagem Automotiva Referência: 24580291, Componentes: Platô E Disco, Aplicação: Veículo Gm Spin

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 15.120,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

12 - Cilindro Embreagem

Descrição Detalhada: Cilindro Embreagem Referência: Código 93206193, Aplicação: Veículo Gm, Mod. D-20 Custon S, Ano 1994

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 7.500,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

13 - Atuador Embreagem Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Atuador Embreagem Veículo Automotivo Referência: 24422061, Aplicação: Veículo Gm Spin 1.8, Vectra 2.0 8v, Meriva 1.8 8v

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 10.800,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

14 - Bomba Automotiva

Descrição Detalhada: Bomba Automotiva Tipo: D'Água, Aplicação: Veículo Ford, Modelo D-20, Ano 1987

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 3.030,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

15 - Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo Tipo: Reservatório De Água, Uso: Radiador, Aplicação 1: Veículo Chevrolet Vectra Ano 2010, Referência 19: 9092 Ncm87089100

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 5.250,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

16 - Radiador - Veículo

Descrição Detalhada: Radiador - Veículo Referência: 52129296, Aplicação: Veículo Gm Spin

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 18.900,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

17 - Batente De Veículo

Descrição Detalhada: Batente De Veículo Uso: Amortecedor, Aplicação: Gm/Spin Lt 1.8 8v 2016/2016, Referência: K5c041155, Características Adicionais: Kit Batente Amortecedor Traseiro

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 100

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 14.000,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (100)

18 - Amortecedor Suspensão

Descrição Detalhada: Amortecedor Suspensão Tipo: Convencional, Aplicação: Dianteira, Vida Útil: 30.000KM

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 17.250,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

19 - Amortecedor Suspensão

Descrição Detalhada: Amortecedor Suspensão Tipo: Convencional, Aplicação: Veículo Fiat Doblo Atractive; Motor: 1.4, 8v, Flex, Uso: Dianteiro, Referência: 51959154

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 17.250,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

20 - Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo Tipo:6: Batente-Coifa-Coxim Com Rolamento-08332, Uso: Suspensão Dianteira, Aplicação: Veículo Automotivo, Referência 19: 10208- Kit Gm Original

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 1.514,50

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

21 - Mangueira

Descrição Detalhada: Mangueira Material: Borracha, Aplicação: Veículo Gm Spin, Referência: 94749539

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 4.740,00

Unidade de Fornecimento: Conjunto

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

22 - Mangueira Radiador Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Mangueira Radiador Veículo Automotivo Tipo: Flauta, Referência: 9.225.0.861.009.4, Aplicação: Motor Mwm D 229-3, Material: Borracha

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 40

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 8.640,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (40)

23 - Mangueira Radiador Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Mangueira Radiador Veículo Automotivo Tipo: Superior, Aplicação: Vtr Jeep Motor Ford Ohc, Ano 1983

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 3.210,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

24 - Mangueira Radiador Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Mangueira Radiador Veículo Automotivo Tipo: Inferior, Aplicação: Vtr Jeep Motor Ford Ohc, Ano 1983

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 3.450,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

25 - Correia Alternador

Descrição Detalhada: Correia Alternador Referência Fabricante: 5pk1051, Aplicação: Veículo Gm Spin, Material: Borracha

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 4.750,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

26 - Junta Homocinética

Descrição Detalhada: Junta Homocinética Uso: Conjunto Da Direção, Aplicação: Veículo Gm Celta, Ano 2005/2006

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 11.250,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

27 - Coifa Homocinética

Descrição Detalhada: Coifa Homocinética Aplicação: Veículo Fiat Uno Flex, Motor Fire, Ano 2005

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 2.550,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

28 - Terminal Direção

Descrição Detalhada: Terminal Direção Tipo: Axial, Comprimento: 137MM, Sentido Rosca: Direito, Aplicação: Lado Direito

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 4.500,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

29 - Terminal Direção

Descrição Detalhada: Terminal Direção Tipo: Axial, Comprimento: 137MM, Sentido Rosca: Direito, Aplicação: Lado Esquerdo

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 4.500,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

30 - Bucha Suspensão Automotiva

Descrição Detalhada: Bucha Suspensão Automotiva Referência: 94733258, Aplicação 1: Gm/Spin Lt 1.8 8v 2016/2016, Uso: Barra Estabilizadora

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 2.250,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

31 - Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo Tipo: Coxim, Aplicação 1: Veículo Gm Spin/Cobalt, Referência 19: 95493722

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 6.450,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

32 - Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo Tipo: Coxim, Aplicação 1: Veículo Gm Cobalt/Onix/Spin/Prisma, Referência 19: 52068329

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 9.600,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

33 - Amortecedor Suspensão

Descrição Detalhada: Amortecedor Suspensão Tipo: Convencional, Aplicação: Dianteiro, Uso: Veículo Chevrolet Blazer / Dlx 4.1 / Ano 1998

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 15.853,80

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

34 - Amortecedor Suspensão

Descrição Detalhada: Amortecedor Suspensão Tipo: Pressurizado, Aplicação: Traseira, Vida Útil: 30.000KM

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 12.386,40

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

35 - Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Peça Mecânica/Elétrica - Veículo Automotivo Tipo: Reservatório De Água, Aplicação 1: Veículo Gm S10 Trailblazer Diesel 2.8, Referência 19: 94725472

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 7.600,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

36 - Bieleta

Descrição Detalhada: Bieleta Uso: Suspensão Dianteira, Aplicação: Veículo Gm Trailblazer

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 6.500,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

37 - Bieleta

Descrição Detalhada: Bieleta Uso: Suspensão Dianteira, Aplicação: Veículo Renault Fluence 2.0, 16v, Ano 2014,

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 6.500,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

38 - Bieleta

Descrição Detalhada: Bieleta Uso: Suspensão Traseira, Aplicação: Veículo Gm Trailblazer; Ano 12/17

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 40

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 11.480,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (40)

39 - Balança Suspensão Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Balança Suspensão Veículo Automotivo Referência: 12123, Tipo Uso: Lado Direito Dianteiro, Aplicação: Veículo Marca Fiat Ducato 2.8 Tdi, Ano 2009

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 33.000,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

40 - Balança Suspensão Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Balança Suspensão Veículo Automotivo Referência: 46474556, Tipo Uso: Lado Esquerdo Dianteiro, Aplicação: Veículo Fiat Marea, 1.8, 16 V, Ano 2000/2001

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 33.000,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

41 - Balança Suspensão Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Balança Suspensão Veículo Automotivo Referência: 305.407155/3, Tipo Uso: Dianteiro Inferior, Aplicação: Veículo Vw/Gol Cli 1.6, Ano 1995

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 24.603,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

42 - Balança Suspensão Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Balança Suspensão Veículo Automotivo Referência: 93335830, Tipo Uso: Lado Direito, Superior Dianteiro, Aplicação: Veículo Marca Chevrolet, Modelo Blazer 2.2 Mpfi,

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 22.500,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

43 - Disco Freio

Descrição Detalhada: Disco Freio Referência: 52108355, Tipo Uso: Dianteiro, Aplicação: Veículo Gm S10 Trailblazer

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 50

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 55.528,50

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,50

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (50)

44 - Disco Freio

Descrição Detalhada: Disco Freio Referência: 52032731, Tipo Uso: Traseiro, Aplicação: Veículo Gm S10 Trailblazer

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 25

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 26.625,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (25)

45 - Sapata Lona Freio

Descrição Detalhada: Sapata Lona Freio Uso: Roda Traseira, Referência: 93233878, Aplicação: Veículo Chevrolet Blazer / 4.3 / V6 / 1999

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 30

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 17.940,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (30)

46 - Balança Suspensão Veículo Automotivo

Descrição Detalhada: Balança Suspensão Veículo Automotivo Referência: 545008682., Tipo Uso: Lado Esquerdo Dianteiro, Aplicação: Veículo Renault Fluence 2.0, 16v, Ano 2014

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 17.000,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

47 - Braço Oscilante

Descrição Detalhada: Braço Oscilante Tipo Uso: Sistema Suspensão, Posição: Lado Esquerdo, Aplicação: Fiat Doblo Modelo: Atractive, Referência: 51722659

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 17.000,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

48 - Braço Oscilante

Descrição Detalhada: Braço Oscilante Tipo Uso: Sistema Suspensão, Posição: Lado Direito, Aplicação: Fiat Doblo Modelo: Atractive, Referência: 51722660

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 20.100,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

49 - Braço Oscilante

Descrição Detalhada: Braço Oscilante Tipo Uso: Sistema Suspensão, Posição: Lado Esquerdo, Aplicação: Fiat Doblo Modelo: Atractive, Referência: 51722659

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor:

Valor Estimado

Valor Total (R\$): 20.100,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

50 - Disco Freio

Descrição Detalhada: Disco Freio Referência: 402066300r, Tipo Uso: Dianteiro, Aplicação: Veículo Renault Duster

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 10

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 7.900,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (10)

51 - Sapata Lona Freio

Descrição Detalhada: Sapata Lona Freio Uso: Roda Traseira/Dianteira, Aplicação: Veículo Ford Ranger 3.0 2012

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 10

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 5.250,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (10)

52 - Conjunto Embreagem Automotiva

Descrição Detalhada: Conjunto Embreagem Automotiva Referência: Spa198015b, Componentes: Platô, Disco E Rolamento, Aplicação: Veículo Vw Gol/Voyage 1.6

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 10

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 7.875,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (10)

53 - Vela Automotiva

Descrição Detalhada: Vela Automotiva Aplicação: Veículo Nissan Versa 1.6 Sv Ano 2016/ 2017

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 25

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 4.215,00

Unidade de Fornecimento: Jogo

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (25)

54 - Amortecedor Suspensão

Descrição Detalhada: Amortecedor Suspensão Tipo: Kit, Aplicação: Veículo Renault Logan Exp 1.6 8v 2009, Uso: Dianteiro, Componentes: Coxins Do Amortecedor

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 11.000,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

55 - Correia Alternador

Descrição Detalhada: Correia Alternador Referência Fabricante: Nsn:3030-01-065-6265. Pn:11669505-2., Aplicação: Viatura Blindada Pc M577 A2, Tipo: Efetiva: 54 In, Material: Borracha Neopreno E Plástico Poliéster.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 3.000,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)

56 - Batente De Veículo

Descrição Detalhada: Batente De Veículo Uso: Amortecedor Dianteiro, Aplicação: Gm/Corsa Hat Maxx 1.4 8v 2011/2011, Referência: Sk3085

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Cooperativas.

Aplicabilidade Decreto 7174/2010: Não

Quantidade Total: 20

Critério de Julgamento: Menor Preço

Critério de Valor: Valor Estimado

Valor Total (R\$): 3.200,00

Unidade de Fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances (%): 0,10

Local de Entrega (Quantidade): Osasco/SP (20)